

CARTA CONJUNTA DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO, PESQUISA E INOVAÇÃO AOS CANDIDATOS AO GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Agenda pública de fortalecimento da Ciência, Tecnologia e Inovação — 2027-2030

Excelentíssimos Senhores Candidatos ao Governo do Estado de Rondônia,

As instituições públicas de ensino, pesquisa e inovação que subscrevem esta Carta, dirigem-se conjuntamente às candidaturas ao Governo do Estado de Rondônia para apresentar uma agenda pública de fortalecimento da Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I). Trata-se de um conjunto de compromissos voltados ao fortalecimento institucional e orçamentário da **Fundação de Amparo ao Desenvolvimento das Ações Científicas e Tecnológicas e à Pesquisa do Estado de Rondônia (FAPERO)** e à consolidação do modelo de desenvolvimento socioeconômico sustentável, justo e inclusivo para Rondônia.

O debate eleitoral constitui um momento decisivo para a definição dos rumos estratégicos do Estado de Rondônia. Ao examinar os desafios para o futuro de nosso Estado e os planos de governo apresentados ao pleito, torna-se evidente que a superação das vulnerabilidades sociais e produtivas rondonienses passa pela convergência entre Estado, sociedade e atores do Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Rondônia consolidou-se como uma das maiores potências agropecuárias do país, impulsionado por investimentos históricos em pesquisa e pela capacidade de trabalho de sua população. Os diagnósticos regionais e estaduais revelam, no entanto, paradoxos que exigem respostas estruturantes do Poder Público e que se manifestam de forma articulada nas dimensões social, ambiental e produtiva.

No campo das vulnerabilidades sociais e da saúde, o Estado convive com elevadas taxas de mortalidade decorrentes da violência e com a necessidade de ampliação e descentralização dos serviços de média e alta complexidade do Sistema Único de Saúde (SUS), hoje fortemente concentrados na capital. O enfrentamento desse quadro depende de informação qualificada, de formação de profissionais e de soluções tecnológicas capazes de aproximar, acolher e possibilitar qualidade de vida. Soma-se a esse contexto a necessidade de respostas focais em políticas públicas, ações de pesquisa, vigilância e

combate às doenças emergentes, reemergentes e negligenciadas, que comprometem drasticamente a qualidade de vida da população. Essas são iniciativas prioritárias frente às iniquidades regionais e alinhadas à meta global da Agenda 2030 da ONU.

No plano da emergência climática e ambiental, secas, cheias e queimadas têm produzido impactos crescentes sobre a saúde da população e sobre a produtividade no campo. Esse cenário demanda visão orientada à transição agroecológica e a incorporação sistemática de tecnologias de mitigação, adaptação e resiliência climática às políticas estaduais, uma responsabilidade que depende de ação imediata. Os problemas já estão postos hoje e dependem de uma atuação baseada em evidências, a partir do conhecimento que é produzido no próprio território, com o protagonismo e participação de instituições de ensino e pesquisa rondonienses.

Na dimensão produtiva, a dependência da exportação de commodities, associada à importação de derivados e de insumos industriais, demonstra a urgência de uma agenda industrial integrada por meio da cadeia agroindustrial, o fortalecimento da bioeconomia e a substituição competitiva de importações, que passa pela capacidade científica e tecnológica instalada e financiada de forma estável.

Nenhuma estratégia de desenvolvimento de longo prazo subsiste sem estabilidade e previsibilidade de recursos para CT&I. O orçamento público destinado à pesquisa não deve ser tratado como gasto de custeio descartável, mas como política de investimento estratégica do Estado, capaz de gerar retornos socioeconômicos multiplicadores para toda a sociedade. Diante disso, propomos quatro compromissos à próxima gestão estadual.

O primeiro é a garantia de orçamento próprio e protegido para a FAPERO, com dotação regular e resguardada de contingenciamentos, de modo a assegurar a autonomia operacional da Fundação para o lançamento continuado de editais de fomento à pesquisa básica e aplicada, inclusive como parte do compromisso social da Constituição do Estado de Rondônia.

O segundo é a formação e fixação de talentos, por meio de programa permanente de bolsas de iniciação científica, mestrado, doutorado e pós-doutorado, articulando UNIR, IFRO, Fiocruz, Embrapa e demais instituições de ensino e pesquisa, para conter a evasão de cientistas e qualificar a mão de obra para solucionar problemas que limitam o crescimento.

O terceiro é a descentralização regional do fomento, com editais e **encomendas estratégicas** voltados à solução de gargalos e ao atendimento de especificidades de interesse imediato nos municípios e nas diferentes regiões de Rondônia. Essa estratégia deverá contemplar igualmente distritos, comunidades ribeirinhas e indígenas e demais populações tradicionais, permitindo respostas mais ágeis e direcionadas às demandas locais, especialmente diante de problemas emergentes ou de relevância estratégica para a saúde e o desenvolvimento regional.

O quarto é o estabelecimento de diretrizes e eixos estratégicos de atuação conjunta entre o Governo do Estado e as instituições de ciência e tecnologia, alinhados às metas de desenvolvimento do Estado e dos serviços essenciais previstas no Plano Plurianual (PPA 2024-2027), bem como precisa constar no Plano Plurianual a ser proposto (2028-2031), tendo como base a Constituição Federal, a Constituição do Estado de Rondônia, a Lei Federal nº 10.973/04 e a Lei Complementar do Estado de Rondônia nº 1.343/2026.

Os compromissos acima se consubstanciam em quatro eixos estratégicos, que traduzem as prioridades observadas pelas signatárias em programas de pesquisa, extensão e transferência tecnológica nos próximos quatro anos.

Eixo I — Saúde coletiva, biotecnologia e fortalecimento do SUS. Compreende o apoio ao desenvolvimento de pesquisas em biodiversidade e biotecnologia, com foco na geração de bioprodutos, fitoterápicos e insumos para a saúde a partir do aproveitamento sustentável da biodiversidade amazônica. Inclui, ainda, o fortalecimento da vigilância genômica e a estruturação de uma rede estadual integrada de vigilância epidemiológica, capaz de monitorar, detectar precocemente e responder de forma articulada a emergências sanitárias, doenças emergentes, reemergentes e zoonoses, especialmente nas regiões de fronteira e em áreas florestais, contribuindo para a proteção da saúde da população e para a segurança sanitária do estado. Contempla, ainda, a ampliação da saúde digital e da telemedicina, com a expansão da teleconsultoria e do telediagnóstico para qualificar a Atenção Primária em municípios remotos e distritos, reduzindo filas de espera e a sobrecarga dos serviços da capital.

Eixo II — Agropecuária sustentável, bioeconomia e sistemas alimentares. Busca fortalecer a pesquisa, a inovação e a transferência de tecnologias voltadas a uma agropecuária mais sustentável, competitiva e resiliente às mudanças climáticas, com

atenção às vocações produtivas e à diversidade socioambiental de Rondônia. Contempla o desenvolvimento e a adoção de soluções para a pecuária sustentável, incluindo melhoria da eficiência produtiva, redução dos impactos ambientais, bem-estar animal e sistemas de rastreabilidade e certificação capazes de ampliar a transparência, a qualidade e o acesso a mercados. Prevê, ainda, investimentos em bioinsumos, controle biológico e outras tecnologias que reduzam a dependência de insumos externos e contribuam para sistemas de produção mais eficientes e sustentáveis, bem como o fortalecimento de programas de melhoramento genético vegetal e animal, associados à adaptação às condições amazônicas, à produtividade, à qualidade dos produtos e à resiliência climática.

Este eixo prioriza também o desenvolvimento sustentável e a agregação de valor às cadeias estratégicas do Estado. No âmbito da bioeconomia amazônica, busca promover o uso sustentável da biodiversidade, a valorização dos produtos da sociobiodiversidade e o desenvolvimento de novos produtos, processos e modelos de negócio capazes de gerar renda associada à conservação dos recursos naturais.

Eixo III — Educação tecnológica, inclusão produtiva e retenção de jovens. Propõe-se apoiar a interiorização dos cursos técnicos e das ações de extensão universitária em consonância com as vocações territoriais, além de expandir a conectividade rural e capacitar jovens agricultores no uso de agricultura de precisão, sensoriamento remoto e ferramentas digitais, mitigando o êxodo rural e modernizando as práticas de manejo. Prevê também a promoção da divulgação científica e do letramento digital na rede pública estadual, integrando laboratórios e práticas científicas ao cotidiano escolar.

Eixo IV — Inteligência territorial, meio ambiente e gestão por evidências. Contempla a unificação dos sistemas geoespaciais e de inteligência territorial, permitindo monitoramento contínuo em tempo real, prevenção de incêndios florestais e gestão de riscos climáticos. Abrange a estruturação de marcos regulatórios e científicos para mensurar e certificar o sequestro de carbono e a conservação da sociobiodiversidade, gerando renda para produtores rurais e povos tradicionais. Prevê o aproveitamento do capital técnico-científico das instituições federais e estaduais para subsidiar a formulação, a avaliação e a transparência das políticas públicas de governo.

A prosperidade econômica e a dignidade humana em Rondônia dependem das decisões políticas e orçamentárias que serão pactuadas para os próximos quatro anos.

Nesse sentido, as instituições signatárias reafirmam sua vocação pública, técnica e social de atuar em estreita parceria com o Governo do Estado, colocando sua infraestrutura de laboratórios, seu corpo de pesquisadores e docentes e sua capacidade de formação a serviço da sociedade rondoniense. De tal modo e dentro dessa atual conjuntura, **convidamos as candidaturas a subscrever integralmente os compromissos aqui enunciados, assegurando a centralidade da Ciência, Tecnologia e Inovação nos programas de governo e na condução das políticas públicas para o futuro de Rondônia.**

Por fim, solicitamos a realização de audiência com as candidaturas e o estabelecimento de um canal estruturado de interlocução entre as equipes de campanha e, uma vez constituído o novo mandato, entre o staff governamental e as Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (ICTs) subscritoras desta Carta.

Rondônia, setembro de 2026.

